



BEM VIVER, ENVELHECIMENTO E MEIO AMBIENTE

*Viviane Silvano Galon¹
Fábio Marcelo Matos²
Oklinger Mantovaneli Junior³*

RESUMO

O acelerado ritmo do crescimento da população idosa é um fato presente e, em virtude do aumento da longevidade da população mundial tem crescido a atenção para as questões que englobam o idoso e o meio ambiente, buscando nesse contexto, um bom envelhecimento, de acordo com alguns modelos, como envelhecimento bem-sucedido, envelhecimento produtivo e envelhecimento ativo, relacionando o Bem Viver com a melhoria da qualidade de vida, transcendendo o conceito de padrão ou nível de vida, de satisfação das necessidades humanas do ter para a valorização da existência humana do ser, propondo um novo arcabouço cultural, centrado no equilíbrio, bem-estar e sustentabilidade. O termo sustentabilidade indica o sentido de perpetuidade, de continuidade no tempo, que emoldura o conceito de desenvolvimento sustentável, que propunha também uma descentralização nas tomadas de decisão e a solidariedade para as gerações futuras. Para a realização do presente artigo foi utilizada a metodologia de revisão de literatura, e o objetivo desse estudo é estimular a discussão sobre a temática do envelhecimento, Bem Viver, meio ambiente, incluindo o debate sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável em busca de uma sociedade mais sustentável.

Palavras-chave: Idoso. Bem Viver. Sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The accelerated rhythm of growth of the elderly population is a present fact and, due to the increase in the longevity of the world population, it has increased attention to the issues that involve the elderly and the environment, seeking in this context, a good aging, according to some models, such as successful aging, productive aging and active aging, relating the Good Living with the improving the quality of life, transcending the concept of standard of living, satisfaction of the human needs of having for the valorization of the existence humana of the being, proposing a new cultural framework, centered on balance, well-being and sustainability. The term sustainability indicates the sense of perpetuity, of continuity in time, which involves the concept of sustainable development, which also proposes decentralization in decision makings and solidarity for future generations. For the accomplishment of the present article, it was used the methodology of literature review, and the purpose of this study is to stimulate the discussion about the aging, Good Living, the environment, including the debate on sustainability and sustainable development in the pursuit of a more sustainable society.

Keywords: Elderly. Good Living. Sustainability. Sustainable Development.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: viviamavida@yahoo.com.br

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: matosfisio@furb.br

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: oklinger@furb.br



INTRODUÇÃO

O progressivo aumento da população idosa é um fenômeno que vem sendo observado em todo o mundo, inclusive no Brasil. Em um artigo da BBC (2013), fundamentado com informações do IBGE, aponta que o número de idosos no Brasil vai quadruplicar até 2060. Tal aumento deve-se em parte, às melhores condições e maior expectativa de vida, além da redução da fecundidade da população (NASRI, 2008).

Assis (2005), destaca que a atenção para as questões relacionadas ao envelhecimento e meio ambiente tem crescido nas últimas décadas em virtude do aumento da longevidade da população mundial, sem precedente na história. Em todo mundo, a busca de qualidade de vida dos idosos emerge como desafio, pois engloba fatores biológicos, físicos, psicológicos, culturais, políticos, sociais e ambientais. Por isso, com o aumento do número de idosos e consequente aumento de uso dos recursos naturais, torna-se necessário a discussão e a realização do desenvolvimento sustentável.

Quando se pensa em desenvolvimento sustentável, deve-se ter claro que para alcançar a meta da sustentabilidade é fundamental modificar as atitudes e o comportamento dos seres humanos, para que ocorra a diminuição e/ou correção do processo de deterioração do planeta. Para isso, o estado e a sociedade terão que enfrentar alguns desdobramentos para que se consiga satisfazer as necessidades das presentes gerações, sem comprometer a capacidade das futuras satisfazerem suas próprias necessidades, já que a longevidade humana será maior (SILVA; VEIGA JUNIOR, 2011).

Nesse sentido, a discussão em torno do Bem Viver aponta a inviabilidade de se continuar reverenciando o atual modo de produção e consumo, concebido como um dispositivo legítimo de crescimento baseado na acumulação de bens materiais. Para o Bem Viver, diferentemente, a riqueza não consiste em ter e acumular a maior quantidade de bens possíveis, mas em lograr um equilíbrio entre as necessidades fundamentais da humanidade e os recursos disponíveis para satisfazê-las (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

Nesse contexto, para a realização do presente artigo foi utilizada a metodologia de revisão de literatura, e o objetivo desse estudo, diante do envelhecimento populacional e da acelerada transição demográfica, resultantes do aumento da expectativa de vida e redução das



taxas de natalidade, é de estimular a discussão sobre a temática do envelhecimento, bem viver, meio ambiente, incluindo o debate sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável em busca de uma sociedade mais sustentável.

ENVELHECIMENTO

O fenômeno do envelhecimento e o acelerado ritmo do crescimento da população idosa é um fato presente no mundo atual, tornando-se necessário estudar de forma profunda e abrangente os mecanismos que possam ajudar essa crescente população a ter uma vida mais digna e de qualidade, e com um bom envelhecimento.

O processo de envelhecimento é um fenômeno complexo que engloba simultaneamente fatores de ordem genética, biológica, social, ambiental, psicológica e cultural (CAMARANO, 2011). Cachioni e Falcão (2009) complementam que condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e também do idoso.

Nas últimas décadas, diversos termos têm surgido, correspondendo a diferentes modelos de envelhecimento visando valorizar a última etapa do ciclo de vida e demonstrar como deve ser um bom envelhecimento, destacando-se os seguintes modelos: envelhecimento bem-sucedido, envelhecimento produtivo e envelhecimento ativo.

O envelhecimento bem-sucedido, de acordo com Simões (2006, p. 141) é o conjunto de fatores que permitem ao indivíduo manter sua capacidade tanto física como mental eficazmente, ou seja, manter um elevado nível funcional englobando aspectos biopsicossociais.

Para envelhecimento produtivo, segundo Gonçalves (2015) em seu estudo, alguns autores entendem como sendo o envolvimento do idoso em tarefas de realização satisfatórias e com impacto na sua vida pessoal e da comunidade produzindo bens ou serviços, quer sejam remunerados ou não, propiciando bem-estar ao próprio e aos outros.

O envelhecimento ativo é definido como “[...] o processo de otimização das oportunidades para a saúde, a participação e a segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2002, p. 14). Essa abordagem apoia, desse modo, a responsabilidade de as pessoas



praticarem o exercício de sua participação em processos políticos, sociais e culturais, ou seja, em todos os aspectos da vida em sociedade, permitindo que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida.

A superação dos mitos relacionados à velhice, o ganho na qualidade de vida e os estudos nas áreas de gerontologia, psicologia, sociologia e outras ciências contribuíram para elevar a qualidade de vida e o índice de longevidade das pessoas, aumentando o número de idosos bem-sucedido, produtivos e ativos.

Diante disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu qualidade de vida como a “percepção individual sobre sua posição na vida, no contexto dos sistemas de cultura e de valores em que vive, e em relação às suas metas, expectativas, padrões e preocupações”. É um conceito abrangente, que incorpora de uma forma complexa, a saúde física, o estado psicológico, o nível de dependência, as relações sociais, as crenças pessoais e o relacionamento com características que se destacam no ambiente (PELICIONI, 1998).

Miranda e Banhato (2008) complementam que a qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas e que eles não têm negadas oportunidades para atingir a felicidade e a plenitude, com relação ao status físico de saúde, ou as condições sociais ou econômicas. Por isso, o idoso deve se integrar no meio social, interagindo em várias atividades, expondo suas opiniões, contribuindo em ações sociais, para que perceba sua importância na sociedade e caminhe assim, para uma boa qualidade de vida. Uma vez que se dá atenção à qualidade de vida e bem-estar do idoso, há maior probabilidade de se evitar doenças psicológicas e fisiológicas.

A longevidade com qualidade de vida é uma busca incessante em todas as etapas da vida, este conceito surge como paradigmas para que as políticas públicas ampliem sua atenção para a efetivação deste. A observação de padrões diferenciados de envelhecimento e a busca por compreender os determinantes da longevidade com qualidade de vida têm motivado estudos na linha de compreensão do que constituiria o *bem viver*.



BEM VIVER E ENVELHECIMENTO

O aumento na expectativa de vida provoca mudanças na estrutura da população, criando oportunidades não apenas para que as pessoas vivam mais anos, mas também para melhorar a qualidade de vida desses anos (NERI, 2006).

O bem-estar, elemento fundamental para a qualidade de vida, é um critério subjetivo e é medido por fatores diferentes dos que são usados para avaliá-lo em outras faixas etárias. Jesus e Rezende (2009, p. 17) explicam que o bem-estar é “o resultado da orientação geral positiva do sujeito para os acontecimentos de vida” e está relacionado a outro conceito mais amplo, o de bem-estar subjetivo.

O bem-estar subjetivo é composto pelos componentes afetivo e cognitivo. O afetivo é identificado como um equilíbrio entre os afetos positivo e negativo, Já o componente cognitivo tem sido identificado como satisfação com a vida, compreendida como um processo de julgamento e avaliação geral da própria vida (GUEDEA et al, 2006).

Só se pode conseguir o bem-estar social e o desenvolvimento humano se as pessoas tiverem capacidade para articular e construir seus projetos de vida. O enfoque do desenvolvimento humano incorporou progressivamente dimensões socioculturais em suas análises, destacando a importância de políticas multiculturais que permitam manter e fortalecer a identidade de pessoas e grupos humanos, corrigindo injustiças historicamente enraizadas e socialmente arraigadas (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

O sujeito necessita saber envelhecer por meio de atitudes pessoais que possam favorecer a manutenção da qualidade de vida, ou seja, que ocorra um envelhecimento ativo, saudável, com êxito e, principalmente, um envelhecimento positivo (DOHMS; et al., 2012).

Nesse sentido, o Bem Viver relaciona-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas, apesar de haver diferenças subjetivas e objetivas em suas concepções, pelo fato de que ambos requerem um parâmetro conhecido como “bem comum”, incorporando a dimensão social, ambiental e política, que se obtém por meio da educação, das relações familiares, trabalho, hábitos e ambiente, entendendo-se de acordo com Senplades (2009, p. 06) como:

[...] uma proposta de mudança, que permite um novo modelo de desenvolvimento, que não se concentre em acumulação material, oferta mecânica e infinita de bens, mas sim, em promoção de uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e



democrática. [...] Da mesma forma, o Bem Viver é construído da transição do antropocentrismo para o biopluralismo [...].

O conceito de Bem Viver, transcende o conceito de padrão ou nível de vida, de satisfação das necessidades humanas do ter para a valorização da existência humana do ser, do saber e do conhecer, possibilitando o diálogo entre saberes científicos e culturais e a inserção da subjetividade, questionando os valores e interesses predominantes nas tomadas de decisão e estratégias de apropriação da natureza. Deve ser avaliado pela capacidade que tem determinada sociedade de proporcionar oportunidades de realização pessoal a seus indivíduos no sentido psíquico, social e espiritual ao mesmo tempo em que lhes garante um nível de vida minimamente aceitável (PELICIONI, 1998).

Este novo estilo de vida pós-consumismo, necessário pois os recursos do planeta são finitos, deslocará a atenção das coisas para as pessoas, do ter para a arte de viver, destaca Pelicioni (1998). Esta revalorização da vida permitirá um aumento da capacidade de escolha e a busca da satisfação dos sonhos e desejos na arte e na filosofia, na religião e na ciência, objetivando a auto realização e o bem viver.

Estamos entrando na era da discussão do bem viver na maturidade, mas para que todos possam aproveitar é preciso democratizar as possibilidades e oferecer a estas pessoas estímulos para que continuem produzindo, interagindo, criando e trocando experiências.

O bem viver está associado a um envelhecimento mais saudável sendo um indicador de saúde mental e também sinônimo de felicidade, ajuste e integração social, compreendendo o que as pessoas pensam e sentem em relação à própria vida a partir de julgamentos que ela faz a cerca de aspectos específicos de sua vida, tais como condições de saúde, lazer ou trabalho e também componentes afetivos. É definido “como um domínio que se refere ao bem-estar global avaliado a partir da Satisfação com a Vida e da Felicidade” (OLIVEIRA; SILVA, 2013).

Para Acosta (2016, p. 33), [...] o Bem Viver com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso ao uso, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida. Nesses termos, o diálogo em torno do Bem Viver sugere



repensar a própria definição de desenvolvimento, relativizando-o, a partir do entendimento de interculturalidade e transdisciplinaridade.

Portanto, a concepção do Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza. Reconhece a diversidade de povos e suas estruturas e rompe com os velhos estados-nação dos setores privados-capitalistas como estruturas únicas, abrindo possibilidades para deixar para trás o extrativismo desenfreado e dar maior peso aos modelos cooperativos e comunitários. Harmoniza as necessidades da população à conservação da vida, diversidade biológica e equilíbrio de todos os sistemas de vida, propondo assim, um novo modelo cultural, centrado no equilíbrio, bem-estar e sustentabilidade (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

IDOSO E MEIO AMBIENTE

Com o crescente envelhecimento populacional mundial, temos um aumento da prevalência de doenças físicas, mentais e sociais, com intenso comprometimento na qualidade de vida desses indivíduos. Quando se pensa em saúde, em gerontologia é importante destacarmos as questões ambientais por sua flexibilidade na saúde física e mental assim como o entendimento dessas relações frente a esse fenômeno (CASSOL, 2012).

Sobre o meio ambiente, Reigota (2009, p. 36), o define como um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade.

A partir de encontros de espaços que vinculem afetivamente as pessoas e valorizem suas trajetórias de vida e seus saberes, busca-se inserir o idoso na discussão e debate sobre temas que articulem meio ambiente e cidadania, garantindo seu direito à informação e possibilitando a condição de ser sujeito político na luta pela dignidade do envelhecer.

Segundo Neri (2006), com os avanços científicos e biotecnológicos, a expectativa de vida aumentou, porém um novo desafio surgiu, que é o de acrescentar qualidade de vida a esses anos, e para que isso ocorra, uma das possibilidades é a inserção do cidadão idoso nas questões



ambientais, para atuar como educador e/ou educando, e contribuir para o almejado desenvolvimento sustentável.

As iniciativas propostas nas políticas governamentais, como a Política Nacional do Idoso (PNI) e a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA), vão estruturando um novo quadro sobre a relação idoso e meio ambiente, estimulando assim, o desenvolvimento sustentável (MACHADO; VELASCO; AMIM, 2006). Essas políticas são muito importante para a melhoria da qualidade de vida individual, da qualidade do ambiente onde vivem e da qualidade das relações interpessoais, ou seja, do bem viver.

Assim, o idoso consciente dos seus direitos de cidadania em suas múltiplas instâncias, “direito a educação, cultura e lazer” (BRASIL, 2010), direitos essenciais para a eficácia da educação ambiental, e usufruindo uma qualidade de vida sustentável, a qual religasse as dimensões biopsicossociais, certamente participaria plenamente como educador ambiental, contribuindo para o almejado desenvolvimento sustentável.

IDOSO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As recentes transformações econômicas, demográficas e sociais no conjunto da sociedade trouxeram relevância ao envelhecimento populacional e à proteção ambiental. O potencial evolutivo da humanidade está assegurado na medida em que os recursos naturais são preservados (PIATO et al., 2014).

Segundo Diegues (1992, p. 22), não existe um único paradigma de sociedade do bem estar a ser atingida por meio do desenvolvimento e do progresso linear, mas, vários tipos de sociedades sustentáveis, "ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si".

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e o Estatuto do Idoso (lei 10.741/03) são instrumentos que possibilitam implementar um espaço urbano que contemple a promoção do envelhecimento ativo e saudável, objetivando a qualidade de vida, que é multifatorial, e envolve as relações sociais, meio ambiente, saúde (biopsicossocial), nível de independência, entre outros, almejando a sustentabilidade (MONTEIRO; ZAZZETTA; ARAUJO JÚNIOR, 2015).



A ideia de sustentabilidade, segundo Tavares (2005), foi pela primeira vez introduzida na discussão ambiental em 1987, no documento “Nosso Futuro Comum” ou relatório Brundtland, sendo considerada a chave para a resolução de problemas ambientais.

Na Constituição Federal em seu art. 225, a sustentabilidade é expressada, pois determina que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...]” (BRASIL, 1999). Com isso, a sustentabilidade precisa alcançar um caráter interdisciplinar e apresentar uma ação concreta que permita conciliação entre qualidade de vida e o limite ambiental (SILVA; VEIGA JUNIOR, 2011).

Neste sentido, foi proposto o conceito de desenvolvimento sustentável, que propunha uma descentralização nas tomadas de decisão e a solidariedade para as gerações futuras, sendo definido na Comissão Brundtland como um novo caminho de progresso social e econômico que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atenderem às suas (PELICIONI, 1998).

O desenvolvimento sustentável, segundo Tavares (2005), resgata as premissas de equidade social, responsabilidade ambiental, a participação social como partes indissociáveis do desenvolvimento e envolve ideias de pacto intergeracional e perspectiva de longo prazo, sendo a participação cidadã uma possibilidade para a gestão das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

As diferenças entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável afloram não como uma questão dicotômica, mas como um processo em que o primeiro se relaciona com o fim, ou objetivo maior, está na vinculação do tema ao lugar a que se pretende chegar; e o segundo como meio, o foco está em como se pretende chegar (SILVA, 2005). Todavia, esta distinção está imersa em uma discussão ideológica que se insere em pensar algo para o futuro ou em se preocupar com ações presentes e impacto futuro (MONTEIRO; ZAZZETTA; ARAUJO JÚNIOR, 2015).

Para Camarano e Pasinato (2004, p. 288), as políticas para a população idosa devem promover a solidariedade entre gerações, ou seja, equilibrar as prioridades das necessidades dos idosos com a de outros grupos populacionais. Qualquer política dirigida à população idosa deve



fazer parte de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, objetivando o bem-estar de toda a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos atualmente um panorama social que aponta para o envelhecimento da população brasileira. Assim, pesquisas como esta têm o intuito de contribuir para o avanço do olhar sobre os diversos processos humanos nos quais estão inseridos os indivíduos da terceira idade, relacionando o envelhecimento com os recursos psicossociais e ambientais.

O processo de envelhecimento acarreta uma série de mudanças biopsicossociais, e o idoso, ao longo da sua vida, vai aprendendo e descobrindo novas habilidades e talentos. Essa descoberta, no entanto, tem que partir de si e da sua vontade, das escolhas, dos caminhos percorridos, das estratégias adotadas, do envolvimento, das experiências, como também de outros fatores extrínsecos, tornando-se uma pessoa única e autora de sua própria existência.

A sociedade tem que estimular os idosos a continuarem a viver esta nova fase de suas vidas autonomamente, sendo ativos nas decisões sociais, e devido as suas experiências e seus saberes, são uma grande fonte de conhecimento e se tornam pedras basilares para o sucesso e crescimento da própria sociedade, pois através dos meios, das formas, de propostas, entre outros, que o idoso utiliza, ele pode reformular sua vida e continuar produzindo, oportunizando um bom envelhecimento.

Os idosos devem ser respeitados e incluídos socialmente, sendo seres que continuam se desenvolvendo e que são perfeitamente capazes de aprender, de ensinar, de escolher, de criticar, de amar, de sonhar e de ser feliz. Esta é uma das propostas do Bem Viver no contexto do desenvolvimento e envelhecimento humano, revendo o que está sendo ofertado à população idosa que a cada dia cresce em índices estatísticos e que necessita de um olhar mais humanizado, com melhor qualidade de vida, envolvendo aspectos físicos, psicológicos, sociais, políticos e ambientais (PORCIUNCULA; PORTO, 2014). Para Flores (2013, p. 13), “Bem Viver não é apenas um conceito, não é uma utopia; é um estilo, uma forma, é jeito de viver, e essa forma diferenciada de viver está fundamentada em três pilares: viver bem com o outro, com a natureza e com o Criador”.



Portanto, os vários caminhos do envelhecimento são complexos, mas se queremos promover a qualidade de vida e aumentar o bem-estar dos idosos, é necessário envolver todos e cada um, em modos de vida mais integradores e inclusivos, capazes de favorecer o potencial do desenvolvimento humano e de sustentabilidade integrando os princípios do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ALCANTARA, Liliâne C. S.; SAMPAIO, Carlos A. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 40, p. 231-251, abril 2017.

ASSIS, Mônica. **Envelhecimento ativo e promoção da saúde:** reflexão para as ações educativas com idosos. Revista de Atenção Primária à Saúde, UFJF, v. 8, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2005.

BBC BRASIL, **Número de idosos no Brasil vai quadruplicar até 2060, diz IBGE.** Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130829_demografia_ibge_populacao_brasil_lgb. Acesso em: 02 set.2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Política nacional do idoso:** Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Brasília: MDS, 2010.

CACHIONI, Meire; FALCÃO, Deusivania V. S. Velhice e Educação: possibilidades e benefícios para a qualidade de vida. In: FALCÃO, Deusivania V. S.; ARAUJO, Ludgleydson F. (Orgs.). **Psicologia do Envelhecimento:** relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados. Campinas: Alínea, 2009. p. 175-194.



CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira. In: FREITAS, E.V; PY, Ligia (Editoras) **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 58-73.

CAMARANO, Ana. A.; PASINATO, Maria. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana A. (Org.) **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 253-292.

CASSOL, Paulo B. **A gerontologia interface o meio ambiente como estratégia no cuidado e promoção da saúde**. Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 6, n. 6 p. 1043-1048, 2012.

DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos ao novo paradigma**. São Paulo em Perspectiva, v. 6, n. 1 e 2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

DOHMS, Karina P.; LETTNIN, Jamile Z. C.; MENDES, Aline R.; MOSQUERA, Juan J. M.; STOBÄUS, Claus D. Envelhecimento e docência: a busca do bem-estar na construção pessoal e profissional. In: FERREIRA, Anderson J.; STOBÄUS, Claus D.; GOULART, Denise; MOSQUERA, Juan J. M. (Orgs.) **Educação e Envelhecimento**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2012, cap. 10, p. 107-119.

FLORES, Lúcio P. Bem Viver na criação: Viver bem com o outro, com a natureza e com o Criador. In: MARKUS, Cledes; GIERUS, Renate. **O bem viver na criação**. São Leopoldo: Oikus, 2013, p. 11 – 18.

GONÇALVES, Cidália, D. **Envelhecimento bem-sucedido, envelhecimento produtivo e envelhecimento ativo: reflexões**. Estud. interdiscipl. Envelhec., Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 645-657, 2015.

GUEDEA, Mirian T. D.; ALBUQUERQUE, Francisco J. B.; TRÓCCOLI, Bartholomeu T.; NORIEGA, José A. V.; SEABRA, Magno A. B.; GUEDEA, Rosario L. D. **Relação do Bem-Estar Subjetivo, Estratégias de Enfrentamento e Apoio Social em Idosos**. Psicol. Reflex. Crit. v. 19, n. 2. p. 301-308, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200017. Acesso: 20 ago. 2017.



JESUS, Saul, N.; REZENDE, Manuel. Saúde e bem-estar. In: CRUZ, José P.; JESUS, Saul N.; NUNES, Cristina (Coord.). **Bem-estar e qualidade de vida: contributos da Psicologia da Saúde**. Alcochete: Textiverso, 2009.

MACHADO, Rosangela F. O.; VELASCO, Fermin C. G.; AMIM, Valéria. **O Encontro da Política Nacional da Educação Ambiental com a Política Nacional do Idoso**. Saúde e Sociedade v.15, n.3, p. 162-169, set./dez. 2006.

MIRANDA Luciene C.; BANHATO, Eliane F. C. **Qualidade de vida na terceira idade: a influência da participação em grupos**. Psicologia em Pesquisa, UFJF, v. 2, n. 01, p. 69-80, 2008.

MONTEIRO, Luzia C. A.; ZAZZETTA, Marisa S.; ARAUJO JÚNIOR, Miguel, E. **Sustentabilidade: relação entre espaço urbano e envelhecimento ativo**. Novos Estudos Jurídicos, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 116-145, mar. 2015.

NASRI, Fábio. **O envelhecimento populacional no Brasil**. Einstein, São Paulo, v.6, s4-s6, 2008. Supl.1.

NERI, Anita L. Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em Psicologia e em Sociologia. In: NERI Anita, L. (Org.) **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 2006. p. 11-35. (Coleção Vivacidade).

OLIVEIRA, Eylla K. S.; SILVA, Joilson P. **Sentido de vida e envelhecimento: relação entre os pilares da logoterapia e bem-estar psicológico**. Logos & Existência, v. 2, n. 2, p. 135-146, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Envelhecimento Ativo, Um Projeto de Política de Saúde**. Madrid: OMS, 2002.

PELICIONI, Maria Cecília. F. **Educação Ambiental, Qualidade de Vida e Sustentabilidade**. Saúde e Sociedade, v. 7, n. 2, p. 19-31, 1998.

PIATO, Ronise. S.; CAPALBO, Letícia C.; REZENDE, Maria I. R. A.; LEHFELD, Lucas, S.; REZENDE, Maria C. R. A. **O papel da Universidade Aberta à Terceira Idade na educação ambiental**. Archives of Health Investigation, Araçatuba, v. 3, n. 5, p. 66-72, 2014.



PORCIUNCULA, Anacirema S.; PORTO, Ivalina. **Envelhecimento, meio ambiente e educação ambiental.** Estud. interdiscipl. envelhec., Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 453-470, 2014.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SENPLADES. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009- 2013:** construindo un Estado plurinacional e intercultural. Quito-Ecuador: SENPLADES, 2009.

SILVA, Christian L. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In. SILVA, Christian L.; MENDES, Judas T. G. (Orgs.) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável:** agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 11-40.

SILVA, Ildete R. V.; VEIGA JUNIOR, Celso L. **Sustentabilidade e fraternidade:** algumas reflexões a partir da proposta de um direito ambiental planetário. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 8, n.15, p. 25-42, jan./jun. 2011.

SIMÕES, António. **A nova velhice:** um novo público a educar. Porto: Ambar, 2006.

TAVARES, Everkley M. F. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável:** dilemas teóricos e pragmáticos. Revista Holos, Natal, ano 21, v. 1, p. 120 –129, maio 2005.